

EM TORNO DO CONCEITO DE REGIÃO

Antonio Angelo Martins da Fonseca
Prof. Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia
Mestre em Arquitetura e Urbanismo - UFBA
E-mail: angelo@uefs.br

RESUMO — *O objetivo deste artigo é o de retomar a discussão sobre o conceito de região na Geografia, num contexto onde, ao mesmo tempo em que ocorre o fortalecimento de decisões em escala planetária, paradoxalmente percebe-se o retorno às decisões e estratégias locais e regionais, particularmente na Bahia.*

PALAVRAS-CHAVE: *Geografia; região; estratégia regional de desenvolvimento.*

ABSTRACT — *The objective of this article is to return to the debate on the concept of region in Geography, in a context where at the same time that there is a strengthening of decisions on a planetary scale, paradoxically there is perceived to be a return to local and regional decisions and strategies, particularly in Bahia.*

KEY WORDS: *Geography; region; regional strategy of development.*

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Atualmente com o crescente processo de planetarização das relações econômicas, políticas, de finanças e de poder, tradicionais concepções de análise geográfica estão sendo revistas, dentre as quais a de região. Algumas posturas defendem que a análise regional, como via de entendimento da realidade, deve ser adaptada a este novo momento, caracterizado por intensos fluxos de diversas naturezas, capazes de deixarem os lugares mais “próximos” uns dos outros. Nesse sentido, as tradicionais concepções de região baseadas na individualidade/singularidade devem ceder espaço para as regiões particulares, articuladas a espaços mais abrangentes de caráter estadual, nacional e internacional.

Outras posturas vão mais além e afirmam que o ponto se sobrepôs ao plano. Para tanto, propõem a substituição do conceito de região pelo de rede, vista como mais adaptada à globalização, pois as redes pressupõem articulações funcionais através de pontos de confluência de informação, capital, idéias, pessoas e mercadorias, oriundas de espaços próximos e longínquos.

Diante dessa discussão, prefiro assumir aqui um posicionamento mais cauteloso, tendo em vista a complexidade que a região assumiu ultimamente. A questão é que, apesar do crescente processo de globalização, observa-se também, hoje, o recrudescimento dos fenômenos e decisões nas escalas regionais e locais, tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, inclusive no Estado da Bahia. Portanto, o objetivo deste artigo é o de retomar a discussão sobre o conceito de região no bojo do debate envolvendo escala global *versus* escalas local e regional.

No contexto do pensamento geográfico, entendo que cinco concepções de região prevaleceram: região singular, região como classe de áreas, região de vivência, região do capital e região de poder. Mesmo correndo o risco de fazer uma abordagem linear e, conseqüentemente, sem enfatizar todos os nomes que estudaram a referida temática, valorizei aqui uma abordagem evolutiva do conceito de região, que começa no século XIX, através da concepção de região singular, até as novas realidades regionais que estão se configurando no fim deste século.

2 REGIÃO SINGULAR

A força dos estudos regionais no âmbito da Geografia inicia-se a partir do final do século XIX, principalmente na França e Alemanha. Desde então, o tema passa a interessar também a outros países como Inglaterra e Estados Unidos, e os enfoques vão se diversificando cada dia mais. Na Alemanha, o conceito de destaque, neste período, foi o de *região natural*, divulgado por Ratzel. Nessa concepção, a existência das diferenciações regionais estava vinculada ao poder que a natureza

exercia sobre o homem, chegando ao ponto de determinar o seu comportamento. Era uma explicação ambientalista da realidade regional. Em virtude de estar vinculada à concepção determinista, foi alvo de muitas críticas por parte da corrente possibilista francesa encabeçada por Vidal de La Blache. Este partia do princípio de que a natureza oferece possibilidades para que o homem, através de sua cultura e técnicas, interfira na natureza, elaborando uma região geográfica singular (CORRÊA, 1986). Apesar das críticas, não ocorreram avanços significativos em termos teóricos e conceituais por parte da geografia Lablachiana. Inclusive muitas posturas eram comuns às duas, como a base empirista, positivista e indutiva. Nesse contexto, é que surgem as concepções de região geográfica, ou região paisagem na bibliografia alemã e anglo-saxônica (GOMES, 1995), onde o papel do Geógrafo, assim como nas anteriores, era o de reconhecimento, descrição e explicação de fenômenos naturais e humanos, que se combinam e dão singularidade à região.

Além dos nomes já citados, vale ressaltar, também, as contribuições de Alfred Hettner, Carl Sauer e Hartshorne. O primeiro, considerado o maior expoente da Geografia alemã do início deste século (CLAVAL, 1981), valorizou muito a reflexão metodológica e via a região-paisagem como síntese da Geografia e como seu objeto. No entanto, entendia que a Geografia deveria ir além da descrição de fenômenos, buscando também explicar as formas regionais dentro de uma perspectiva dinâmica (GOMES, 1995); Carl Sauer, por outro lado, desenvolveu suas análises nos Estados Unidos, valorizando a dimensão cultural das regiões-paisagens, ou seja, realizou estudos comparativos de regiões culturais desenvolvidas ao longo do tempo; Hartshorne, também nos Estados Unidos, tomava como base para suas análises, inclusive os trabalhos de Hettner. Para Hartshorne, o fundamental não era o objeto da Geografia, e sim o seu método. Nesse caso, o método da Geografia seria o regional, que buscava a síntese através da integração de fenômenos heterogêneos.

3 REGIÃO COMO CLASSE DE ÁREAS

A partir da década de 50, os estudos regionais sofrem mudanças consideráveis, devido à revolução teórico-quantitativa. A nova concepção que emerge apóia-se no positivismo lógico e na dedução. A região deixa de ser um objeto concreto de análise para se transformar numa criação intelectual, definida a partir de procedimentos classificatórios, originários das ciências naturais. A região é uma *classe de área*, definida estatisticamente como sendo “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1986, p.32). Ao contrário das anteriores, supera a postura excepcionalista e dá destaque à explicação de padrões espaciais, via teorias de localização e de desenvolvimento regional, como a Teoria Centro-Periferia de J. FRIEDMAN (1969), Teoria dos Pólos de Crescimento, elaborada por FRANÇOIS PERROUX (1950), Teoria da Propagação das Ondas de Inovação, de HAGERSTRAND (1953), além de outras elaboradas em períodos precedentes que também foram muito utilizadas, como a Teoria do Estado Isolado proposta por VON THÜNEN (1826), Localização Industrial de ALFRED WEBER (1909), e a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1933). Todas essas teorias foram utilizadas pela Geografia. Hoje, no entanto, parece estar havendo um decréscimo de publicações por esta via analítica. O motivo pode estar vinculado ao desprestígio pelo qual vem passando o planejamento regional no Brasil, em particular.

A Geografia que emergiu a partir de 1970 redirecionou as bases teóricas e conceituais referentes à questão regional. O ponto de partida foi a ferrenha crítica às posturas anteriores, em virtude da força empirista e do positivismo. As novas perspectivas de análise regional são “fundamentadas no materialismo histórico e dialético, como também nas Geografias humanista e cultural” (CORRÊA, 1994, p.216), passando a interessar também a profissionais de outras áreas que enriqueceram ainda mais a discussão em torno do tema. Com base em Anne Gilbert, citada por CORRÊA (1994), três abrangentes conceitos

de região prevalecem nos últimos anos: região como referência de identificação psicológica, tomando como base as teorias behavioristas. *É a região de vivência*, região como resultante de articulações e embates entre atores sociais, na busca de poder e dominação. É o que chamo de *região do poder*; região como resultante da dinâmica acumulação capitalista, desigual e combinada. Denomino de *região do capital*. Além desses, destaco, também, a região como base de reivindicações de específicas classes sociais. São as *novas realidades regionais*.

4 REGIÃO DE VIVÊNCIA

É uma via alternativa para o entendimento da questão regional em que se busca a identificação do indivíduo/classe/lugar através da dimensão psicológica alicerçada nas teorias behavioristas. O importante, desta feita, é a valorização subjetiva da região, uma vez que o homem a vivencia e percebe distintamente de outros, devido a sua percepção. A consciência, valores e atitudes frente ao seu espaço circundante expressam representações absorvidas no cotidiano, chegando a criar um elo de afetividade entre o homem e o lugar (TUAN, 1980). Portanto, a região é onde o homem está integrado, ambientado. É onde expressa seus desejos, aspirações e afeições, e emite juízos. É o universo do indivíduo, visto enquanto espaço de vivência (FREMONT, 1980; TUAN, 1980, 1983). Mesmo assim, para FREMONT (1980, p.17) este “espaço vivido”, em toda sua espessura e complexidade, aparece assim como revelador das realidades regionais; essas têm, certamente, componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos. A região seria, dessa forma, resultante de múltiplos processos, nos quais a dimensão psicológica tem um papel relevante.

Apesar da importância dessas posturas, muitas polêmicas surgiram em torno da diversidade de concepções subjetivas que envolvem a percepção espacial. Mais pesquisas devem ser estimuladas sobre o assunto visando contribuir com a temática regional.

5 REGIÃO DO CAPITAL

Ancorada num rígido edifício teórico-metodológico de base materialista dialética, a região passa a ser analisada no contexto da totalidade. Distintamente das anteriores, a região é entendida como clivagens socioeconômicas materializadas, devido à dinâmica da acumulação capitalista desigual e combinada. Isso não significa consenso interno em torno do tema. As divergências envolvem autores nacionais e estrangeiros de variadas disciplinas acadêmicas. Para LIPIETZ (1988), a região é resultante da articulação de modos de produção diferentes, que faz gerar espaços desiguais. Já OLIVEIRA (1981) na sua análise sobre a realidade nordestina, vê a região como fruto das diferentes formas pelas quais o capitalismo se reproduz. Além disso, enfatiza também o papel da política como aspecto importante na análise regional, apesar de afirmar que o dinâmico desenvolvimento capitalista provocaria a homogeneização do espaço e, conseqüentemente, o desaparecimento da região. Dessa forma, a região estaria com os seus dias contados, deixando de ser objeto de análise relevante. Hoje, no entanto, diante de uma economia globalizada, percebe-se a persistência das clivagens espaciais, forçando-nos a decodificar as noções pré-concebidas de homogeneização do espaço.

A região é entendida também como “resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas” (CORRÊA, 1986, p.45). No contexto dessa região, são travados embates entre as elites regionais e o capital externo, podendo gerar a desintegração regional. Em outras palavras, a região seria uma totalidade menor em que se combinam o geral — o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador — e o particular — as determinações já efetivadas, elementos de diferenciação (CORRÊA, 1986).

Por outro lado, a região pode ser vista como uma totalidade social (DUARTE, 1980). Para tanto, o autor avança além das abordagens puramente econômicas, centra-se nas dimensões superestruturais, buscando a interação entre os dois

níveis. A região seria “uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social” (DUARTE, 1980, p.25).

Outro autor que pode ser inserido nesta linha é COSTA (1988) que, a partir das contribuições anteriores, inclusive as de DUARTE (1980), busca explicar a identidade regional do Rio Grande do Sul através do latifúndio. As três dimensões da sociedade — ideológica, política e econômica — estão presentes no trabalho do autor, evidentes a partir do seu conceito de região “como um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articuladas em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco 'regional' de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução” (COSTA, 1988, p.25). É também um trabalho relevante para quem se debruça para explicar a complexidade regional. Sem querer negar essas contribuições, ressalta-se que muitas vezes o apego demasiado à explicação econômica, dentro de uma perspectiva de totalidade acabou por aprisionar a escala regional e também as dimensões políticas e culturais. Quer dizer, a análise regional deixou o determinismo ambiental, de caráter empirista, indutivo, positivista, endógeno e singular, para ser analisada pelo determinismo econômico, de caráter materialista e dialético, exógeno e global. Se no primeiro momento a escala ótima de análise era a regional, no segundo momento, a escala ótima é a planetária. Seja como for, não devemos esquecer que a região é resultante de múltiplos processos (políticos, econômicos, ambientais, culturais etc.) de caráter endógeno e exógeno.

6 REGIÃO DO PODER

Dessa feita, o privilégio é para a postura política, vista como uma dimensão omitida pelas análises regionais, mas que representa relevante papel na dinâmica das regiões. Dentro dessa perspectiva, inclusive adotando a visão sistêmica para analisar a interação entre forças políticas e espaço regional, destaca-se o nome de BRITO, (1986, p.33). Segundo o referido

autor, essas forças políticas, expressas a partir de agentes individuais e coletivos, “constituem, ao mesmo tempo, as fontes e os agentes da dinâmica do poder”. E nesse jogo de interações, à proporção que as forças políticas influenciam na região, também são influenciadas por ela.

Mesmo apresentando uma visão mais genérica, o trabalho de CLAVAL (1979) é indispensável para quem se interessa pelo tema da análise política da região. O autor estuda, historicamente, as raízes e dimensões do poder puro e complexo, desde as sociedades arcaicas até os dias atuais, na tentativa de melhor compreender a arquitetura espacial das sociedades.

Mesmo assim, tudo indica que as maiores contribuições recentes sobre o tema foram elaboradas por Claude Raffestin e Yves Lacoste. O poder, para esses autores, não é inerente somente ao Estado, mas também a grupos individuais e coletivos. O poder é multifacetado e multivariado. Inclusive Raffestin propõe chamar, ao invés de Geografia Política, Geografia do Poder ou dos Poderes, uma vez que o importante é apreender as formas de manifestação de poder inerentes aos atores sociais e suas intervenções nas variadas dimensões espaciais. Para RAFFESTIN (1993), os atores interferem no espaço através de representações simbólicas que, projetadas no espaço, expressam suas relações de poder. Dessa forma, a análise do poder — dentro de uma problemática relacional — explicaria as diferenças regionais. Também é Yves Lacoste que busca o entendimento da dinâmica interna das formações territoriais, a partir do fato político. É o que ele chama de Geopolítica Interna. A proposta é explicar as relações de poder entre os atores sociais (individuais e coletivos) existentes no lugar e na região, suas contradições, como se articulam entre os diversos níveis territoriais (local, regional e nacional) e quais os mosaicos territoriais expressos a partir dessas relações. Em outros termos, no momento em que o autor se utiliza da Geopolítica Interna, está destacando o valor estratégico da região no contexto do Estado-nação.

Essas são, de maneira abrangente, as principais matrizes interpretativas do conceito de região utilizadas pelos geógrafos desde o século XIX. Hoje, no entanto, percebe-se a ampliação

da polissemia que ronda o referido conceito devido às ocorrências de decisões e estratégias nas escalas locais e regionais, inclusive no Brasil, fazendo com que tradicionais concepções de análise geográfica sejam revistas, dentre as quais a de região. Algumas dessas estratégias serão enfatizadas logo a seguir.

7 AS NOVAS ESTRATÉGIAS REGIONAIS

Mesmo apresentando pouca visibilidade para análise, nota-se no contexto das novas estratégias regionais, referidas anteriormente, o envolvimento de vários segmentos sociais, de base local e regional. Essas estratégias podem ser definidas como sendo ações socialmente articuladas em torno de interesses específicos — geralmente da classe dominante — de caráter político e reivindicatório, atuando sobre um determinado recorte espacial.

É PACHECO (1992) quem analisa uma forma de estratégia regional no Estado de São Paulo, onde representantes de vários segmentos sociais se articularam a nível local/regional, objetivando formular e suplementar propostas vinculadas ao desenvolvimento socioeconômico da região do ABC paulista. Na Bahia, estão ocorrendo seminários, fórum de debates, encontros, reuniões etc, de caráter regional, sempre organizados com os objetivos de pressionar o estado, como também de elaborar propostas visando o desenvolvimento regional. Os exemplos foram os encontros organizados pelos prefeitos da região sisaleira; os seminários ocorridos no Sul do Estado; e os fórum de debates ocorridos no Extremo Sul. Além desses, consórcios e parcerias intermunicipais estão sendo criados com o intuito de resolver problemas específicos da região, como é o caso do consórcio intermunicipal do vale do Jequiriçá/Bahia, TEIXEIRA (1994).

Uma dessas estratégias foi analisada por FONSECA (1995). Foi o Seminário de Desenvolvimento Socioeconômico de Jacobina e região, realizado na cidade de Jacobina, em 1991. Organizado pelos empresários da região, teve a participação de vários atores sociais, individuais e coletivos, velhos e novos,

e objetivou discutir e elaborar propostas alternativas de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, aumentar a coesão interna entre os atores sociais da cidade e da região de Jacobina. O resultado desse seminário foi uma *carta aberta* dirigida ao governo estadual, explicitando os maiores problemas e as principais reivindicações das lideranças regionais. Dessa forma, entendo que esses são exemplos concretos e atuais, que expressam a dinâmica pela qual vêm passando as regiões num mundo cada vez mais globalizado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo que a região assume, atualmente, uma maior complexidade, pois, apesar dessas novas estratégias regionais não serem suficientemente explicadas através das tradicionais concepções baseadas na individualidade/singularidade, apresentam especificidades que também não devem ser explicadas unicamente pela dimensão planetária. Para tanto, pesquisas devem ser estimuladas nesse sentido visando ampliar as explicações sobre as novas realidades regionais e, conseqüentemente, sobre o conceito de região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITTO, L. N. *Política e espaço regional*. São Paulo: Nobel, 1986.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CASTRO, I. E. *O mito da necessidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- _____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M. A. et al. (org.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC / ANPUR, 1993. p. 56-65.
- _____. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. In: LAVINAS, L. et al. (org.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 155-170
- CLAVAL, P. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona: Oiko-Tau, 1981.

- CORRÊA, R. L. Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Associação de Geógrafos Brasileiros, 1994, 614p., p.215-226.
- _____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1977.
- COSTA, R. H. RS: *latifúndio e identidade regional*. São Paulo: Mercado Aberto, 1988.
- COSTA, W. M. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1992.
- DANIEL, C. Poder local no Brasil urbano. *Espaço & Debates*, São Paulo, Cortez, v. 8, n. 24, p. 26-39, 1988.
- DUARTE, A. C. Regionalização - considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.
- FONSECA, A. A. M.; SILVA, S. C. B. M. Jacobina: alguns dados sobre a cidade e sua região. In: BRANDÃO, M. A., CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). *Jacobina: passado e futuro*. Jacobina: ACIJA, 1993. p. 45-58.
- _____. *Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina/Bahia*. Salvador: UFBA, 1995. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).
- FREMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. et al. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- LIPIETZ, A. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARTIN, A. R. Novas regiões, velhos regionalismos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1994, 614p. p. 227-232.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PACHECO, R. S. Iniciativa econômica local: a experiência do ABC. In: LODOVIC, E. S.; BERNAREGGI, G. R. (org). *Parceria público-privado: cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e as administrações públicas locais*. São Paulo: Simmus, 1992. p. 221-236.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC / ANPUR, 1994. p.15-20.
- SILVA, S. C. B. M. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. *Geografia*, Rio Claro, v.1, n.2, p.1-23, out., 1976.
- TEIXEIRA, E. Ações coletivas e poder local: um mapeamento. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 154, p.22-43, set./dez. 1994.
- TUAN, YI-FU. *Espaço & lugar*. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- VAINER, C. B. Regionalismo e projeto nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. *Cadernos IPPUT/UERJ*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.21-34, 1993.